

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FAMÍLIA E FRONTEIRA: GUERRAS E ALIANÇAS NO EXTREMO SUL DO BRASIL (RIO PARDO – 1811 A 1828)¹

Msda. Lélia Coelho Lopes²

Universidade Federal de Santa Maria

lelialopes@uol.com.br

Professor Dr. José Iran Ribeiro³

Universidade Federal de Santa Maria

jiranribeiro@gmail.com

RESUMO

Com essa pesquisa, pretendemos analisar as relações sociais existentes no ambiente da fronteira, com enfoque às estratégias familiares, em especial em Rio Pardo, localidade importante da então capitania/província do Rio Grande de São Pedro, durante as campanhas da Cisplatina (1811- 1828). As guerras de fronteira, típicas de nosso espaço de estudo, e que contribuíram para a formação/consolidação do espaço sul-rio-grandense, influíram nas formas de constituição das relações familiares, em virtude de estratégias e alianças e das constantes mobilizações militares dos efetivos masculinos. Através da consulta de bibliografias e de requerimentos e ofícios de autoridades militares do Arquivo Histórico do

¹ Resultado parcial de trabalho financiado por bolsa CAPES..

² Acadêmica do Curso de Mestrado em História.

³ Professor Orientador.

Rio Grande do Sul, pretendemos verificar como o contexto de fronteira e guerra influenciou as famílias da região. Este trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas no curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria, com o financiamento da bolsa CAPES.

PALAVRAS-CHAVES: FRONTEIRA, FAMÍLIA, GUERRA.

Introdução

Estudos sobre a história da família em áreas de fronteira evidenciaram um ambiente particular, marcado pela intensificação de estratégias e alianças verticais e horizontais entre as populações, visando à sobrevivência, conquista e manutenção de poder e influência e busca de proteção. Ao mesmo tempo, verificamos que a constante movimentação militar ocasionou a existência de uma sociedade móvel em que os homens eram frequentemente destacados às guerras e as famílias eram usualmente administradas por mulheres.

Visando a pesquisar essas relações, entendemos que esse trabalho se justifica porque os estudos sobre a família podem contribuir para entender a sociedade militarizada e fronteiriça em nosso espaço de estudo, a Vila de Rio Pardo, durante os conflitos da Cisplatina. Devido aos limites imprecisos, consideramos possível inserir essa sociedade no que definimos como espaço platino, onde por longo tempo as Coroas Ibéricas, e, subsequentemente, o Império Brasileiro e os nascentes Estados Platinos, disputaram territórios.

Para desenvolver este artigo, que faz parte de alguns dos resultados de nosso projeto de mestrado, cuja pesquisa está em desenvolvimento, utilizamos ofícios de autoridades

militares e requerimentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), além de relatos de viajantes e bibliografias.

Dividiremos este trabalho da seguinte maneira: primeiramente pretendemos contextualizar o ambiente de fronteira e a conjuntura de guerra com enfoque à formação da capitania/província e da povoação de Rio Pardo, e para tanto adentraremos em contextos que estão além do recorte temporal de pesquisa; a seguir trataremos acerca de como esse espaço influenciava/se deixava influenciar pelas famílias e as estratégias que desenvolviam para aumentar seu prestígio, poder e influência; por último, procuraremos verificar como a população em geral (homens destacados, mulheres que permaneciam em casa) se adaptava ou reagia ao ambiente belicoso da fronteira atendo-nos principalmente a Rio Pardo e ao período das campanhas cisplatinas (1811- 1828)⁴.

Um olhar sobre a fronteira: limites imprecisos e guerra

Metcalf (1992 apud SAMARA, p. 22, 2003), em *Family and Frontier*, destacou “a importância das famílias nas áreas de fronteiras, como responsável pelo indivíduo e também pela estruturação da vida comunitária”⁵. Como pretendemos pesquisar a família no

⁴ As Campanhas da Cisplatina referem-se a uma série de confrontos que iniciaram em 1811 e se estenderam até 1828: As disputas políticas entre orientais, portenhos e espanhóis, decorrentes da Revolução de 1810, além do interesse luso em anexar as colônias do Prata, motivaram a primeira campanha; a continuidade dos conflitos entre portenhos e orientais, associada à tomada de Montevidéu por Artigas, estimularam a segunda campanha, mas o principal móvel da conquista da Banda Oriental foi o desejo de derrotar o projeto revolucionário artiguista. (KÜHN, 2002: 78, 79). Iniciou com a invasão da região pelas tropas portuguesas de 1811 a 1812, visando conter a anexação da Banda Oriental pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, e que teve a participação de um esquadrão de milícias de Rio Pardo; até a nova invasão da Cisplatina (1816 a 1820) na Guerra contra Artigas, que levou à anexação da Banda Oriental ao reino do Brasil, culminando na guerra entre a Banda Oriental e o Império do Brasil (1825 a 1828), que resultou na independência da região e formação do Uruguai (WIEDERSPAHN, 1956).

⁵ Referimo-nos à região fronteiriça tendo em mente a diversidade do significado do termo fronteira neste período, que poderia ser visto como “localidades próximas aos territórios vizinhos e, portanto, passíveis de invasões [...], fronteira de Rio Grande e fronteira do Rio Pardo [...], uma espécie de corredor comum de passagem entre os territórios espanhóis e portugueses (GIL, 2007: 33, 34). Diferentes autores também definem a fronteira como parte do território situado *in front*, nas margens (ZIENTARA, 1989: 306), ou

Rio Grande de São Pedro, como então era chamado o Rio Grande do Sul - um espaço historicamente fronteiriço e platino⁶, disputado originalmente pelas coroas de Espanha e Portugal, e posteriormente por Brasil, “Argentina” e “Uruguai” (PADOIN, 2001: 10).

Acerca da fronteira sulina, no século XVIII, era um território de circulação de pessoas e mercadorias, não um limite político, e constituía um “espaço impreciso em termos geográficos, situado nas franjas dos impérios ibéricos, onde não havia uma definição exata sobre quem exercia a efetiva soberania” (KÜHN, 2006: 21). O processo de ocupação ao sul da América foi marcado por divergências e conflitos entre Portugal e Espanha. As guerras foram constantes durante a colonização do território, e a população civil e militar teve sua vida marcada por destacamentos militares.⁷

espaço de integração, onde valores culturais eram compartilhados dos dois lados (SOUZA et all, 2004: 122). Thompson Flores *et all* (2009: 156, 159, 161, 307), por sua vez, destaca que a maioria dos autores reconhece que a noção de fronteira como uma linha divisória entre Estados Nacionais, no período colonial, é anacrônica. Reconhece, no entanto, que “o limite nacional, ainda que incerto e discutido ao longo Oitocentos, ensejava que se buscasse instituir soberanias distintas de ambos os lados [...], não era uma barreira intransponível e não impedia trocas e circulação de pessoas, mercadorias e ideias, mas é imperioso reconhecer que esses movimentos que se faziam de um lado e de outro eram diferentes dos que se faziam dentro de um mesmo país”. [Espaço a ser manejado], a fronteira é “algo instável, dinâmico e sempre disputado [...] produto histórico da ação humana, re-significada, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos. Ambiente de conflito, esse espaço de fronteira era também região de integração “entre os diversos setores sociais sul-rio-grandenses, orientais e “argentinos”” durante o século XIX (PADOIN, 2001: 10), uma “região [em] que se desenvolvem as tramas estudadas, que compreendem conflitos, negócios, meios de sobrevivência e outros relacionamentos (GIL, 2007: 33, 34) Para Frega (2007), como espaço de fronteira no século XIX, a região platina não constituía uma barreira e sim um lugar transcultural, e os choques provinham em geral das políticas dos governos centrais, que ao declararem guerra transformavam os “amigos” em “ocupantes” ou “inimigos”.

⁶ Acerca da região platina (PADOIN, 2001: 15 - 19), pode-se dizer que, no século XVI os espanhóis criam as primeiras reduções jesuíticas na região do Prata; as vacarias servem de atrativo para espanhóis, portugueses, charruas e missionários; em 1680 o governo português funda a Colônia de Sacramento e os fortes de Santa Tereza e São Miguel em Rio Grande; por sua vez, a Coroa espanhola funda Montevideú (1727), Maldonado e São Carlos (1757) e incentiva o estabelecimento dos Sete Povos das Missões à leste do Rio Uruguai. No transcurso do século XVIII a Coroa Lusa distribui sesmarias ao sul do Brasil e em 1776 o governo espanhol cria o Vice Reinado do Rio da Prata, que compreendia o território da atual Argentina, Bolívia, Paraguai, parte do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e alguns territórios do Chile e Peru.

⁷ Para Néspolo, citado por Camargo (2010: 67), “el siglo XVIII ha sido definido por historiadores como el momento de militarización de la frontera”. Tau Golin (2010: 55, 56) destacou que as decisões do Tratado de Madri (1750), que trocava a Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões, foram tomadas sem levar em consideração os interesses das populações que habitavam as duas regiões. Segundo o autor: “As reduções

Em relação a nosso espaço de análise, Rio Pardo, a origem da povoação foi determinada por disputas pela posse da terra entre Portugal e Espanha em meados do século XVIII. No entanto, já em 1633, sob o domínio espanhol, foi estabelecida nas pontas de Rio Pardo a Redução Jesuítica de São Joaquim, com mais de mil famílias indígenas catequizadas e que, posteriormente, foi destruída por Raposo Tavares. Entre 1724 e 1733, já havia ali fazendas de criação de gado e houve a instalação de um núcleo de famílias portuguesas. A construção e o quartelamento do Forte de Jesus-Maria-José, em 1752, são considerados os marcos fundadores do povoado, que foi elevado a freguesia em 1769. (REZENDE, 1987: 34; WIEDERSPAHN, 1956, COSTA, 2006: 69, 70).

Rio Pardo resistiu às investidas espanholas em toda segunda metade do século XVIII, e durante os conflitos armados da primeira metade do século XIX (Guerras da Cisplatina e Farrapos) teve importante participação. (REZENDE, 1987: 42 – 44). De Rio Pardo, entre o fim do século XVIII e princípio do XIX,

partiram expedições militares para todos os pontos do território ameaçado e para os lugares que deveriam ser tomados para a Coroa Portuguesa; dali se deslocavam caravanas para abastecimento das estâncias distantes e comercialização com a fronteira. Foi sede do governo, foi entreposto comercial, foi base de propagação da cultura portuguesa. (MACEDO, 1972: 35, 36)

Dois anos após a criação da capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1809, o território foi dividido em quatro municípios: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio e Rio Pardo. Este último abrangia mais de metade do território da nova Capitania. Em 1811 foi alçada à condição de vila e em 1817 começou o desmembramento de seu território, que só seria alçado à cidade em 1846 (REZENDE, 1987: 42 – 44).

Um longo processo de rivalidades entre as Coroas Ibéricas culminou em uma posterior definição das fronteiras. No entanto, até que isso se concretizasse, as populações

de fronteira foram os mais eficientes instrumentos de contenção do avanço português [e] a Companhia de Jesus esperava o reconhecimento desse grande trabalho no interior da geopolítica colonial [o que não se efetivou]”. (2010: 55, 56)

do espaço sulino e platino se viram envolvidas com conflitos e guerras, e se aproveitaram dessa situação para colher benefícios e estabelecer alianças, o que verificaremos a seguir.

Uma História da Família: alianças e laços de reciprocidade em um contexto beligerante

Luís de Aguiar Costa Pinto (*apud* Samara, 1987: 27) tratou, na década de 1940, sobre o “aspecto da solidariedade familiar, da vingança e das relações entre família e Estado, onde o público e o privado se confundem”.

Entendemos que, de certa forma, essa realidade possa ser aplicada ao contexto sulino durante o nosso período de pesquisa, que se estende do final do período colonial aos primeiros anos da época imperial; afinal, por ser uma região conflituosa, formou-se no espaço riograndense uma elite militarizada que procurava ampliar seu poder e influência através de alianças vantajosas e prestações e contraprestações de serviços com a Coroa. “Para a Coroa, era imprescindível a participação dos estancieiros e de seus agregados na defesa e conquista do território. Conseqüentemente, foi obrigada a transigir com os senhores da terra, outorgando-lhes poder e autoridade”. (VOGT, 2001: 84)

Aurélio Porto comentou que “os principais troncos genealógicos dos estancieiros da fronteira estavam ligados aos oficiais e subalternos dos Dragões de Rio Pardo” (*apud* CARDOSO, 1977: 94). Esse detalhe subentende a importância e influência de Rio Pardo para outras localidades da região sul da colônia Lusa. Dessa maneira, embora admitamos que Rio Pardo possa ter tido particularidades que a distinguiam, inferimos que as famílias e atores sociais do município eram marcados pelos interesses, laços de solidariedade e reciprocidade que caracterizavam famílias da elite da época e seus agregados e subalternos.

Os postos mais elevados do Exército eram entregues a pessoas componentes das grandes famílias, que davam os postos inferiores a seus clientes ou criados, de forma que os alferes e tenentes eram muitas vezes serviçais, que continuavam a servir seus patrões. (FLORES, 2002: 95)

Os comandantes militares do sul colocavam sua pessoa, fortuna e relações a serviço da guerra e consolidavam lealdades e ampliavam sua legitimidade atendendo às expectativas de favores de parentes, aliados e subalternos. As teias de casamentos apontavam à relevância dos vínculos familiares para a obtenção e conservação do poder. (FARINATTI, 2007: 167, 169, 205),

O botânico francês August de Saint-Hilaire, ao visitar a Capitania nos anos de 1820, passou por Rio Pardo, hospedou-se e conviveu brevemente com famílias que detinham poder e influência. Seu relato deixou implícita a existência de relações de favorecimento, parentesco e solidariedade familiar entre os habitantes mais conceituados da localidade. Ao chegar à vila Saint-Hilaire (2002: 359) relatou:

há dias o sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves mandara um portador exatamente indagar se eu havia chegado. O sargento-mor é primo do Desembargador Moreira, do Rio de Janeiro, e irmão de Dona Josefa, mulher do Capitão Antônio Gomes, de Itajuru. Dirigia-me a casa do sargento-mor, quando fui abordado na rua por um velho que, após saber quem eu era, afirmou ser também irmão de Dona Josefa e que se casara com a irmã do Desembargador Moreira. Insistiu em convidar-me para ficar em sua casa, dizendo-me que o sargento-mor, seu irmão, estava ausente, mas que ele voltaria à noite.

Ao analisarmos as primeiras informações do viajante francês acerca da família do sargento-mor, percebemos que: seus membros eram compostos por homens que detinham cargos ou patentes militares; que os casamentos realizados entre eles ocorreram dentro de seu grupo social, ou mesmo familiar; que, provavelmente, a convivência nesse grupo envolvia laços de solidariedade e acesso a privilégios, evidentes nas alianças matrimoniais efetuadas entre eles.

Estas alianças eram perceptíveis também nas relações entre os nativos da capitania com moradores de outras localidades do Prata. Por exemplo, Bento Gonçalves⁸, futuro líder da Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e presidente da República Farrapa (1836 – 1841),

⁸ Bento Gonçalves casou-se em 1814 com Dona Caetana Garcia, da Banda Oriental, residiu na terra natal de sua mulher e obteve patente de Capitão, entre um conflito e outro das campanhas da Cisplatina. (FABRÍCIO, 1985; WIEDERSPAHN, 1979)

e outros comandantes militares, contraíram núpcias com moças da Banda Oriental e exerciam cargos e tinham compadres na região, mesmo durante as guerras Cisplatinas (FAGUNDES, 1984: 59).

Frega (2007: 353, 355) verificou que as posições adotadas pela população de Santo Domingo Soriano, na Banda Oriental, durante os conflitos da Cisplatina, contra as tropas luso-brasileiras, nem sempre refletiam o local de nascimento, e que nativos dos territórios portugueses se filiaram a ambos os bandos (de luso-brasileiros e orientais), pautados por vínculos primários como família- visto que muitos luso-brasileiros se casavam com as moças dali e eram chefes de famílias na região. Logo, a despeito dos conflitos travados contra os nascentes Estados platinos, estes homens buscavam estabelecer alianças, visando aumentar seu poder e prestígio e, talvez, estar em uma situação mais confortável em tempos de guerras.

Fertig (1998: 38, 71) ao tratar dos suplicantes na Capitania, no início do século XIX, afirmou que os requerentes ao solicitarem promoções militares, faziam uso da posição militar superior de seus familiares para serem atendidos mais prontamente. O autor cita o caso de “Sebastião Xavier da Costa Pinto Bandeira, que requeria promoção a Cadete do Regimento de Dragões, salientando que era filho legítimo do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e por este motivo deveria obter o posto desejado.”⁹ Segundo ele, “muitos Comandantes de Distritos e de Freguesia usufruíam seus cargos em benefício pessoal, favorecendo parentes, amigos e a si próprios”.

Que os interesses pessoais interferiam nos privilégios militares é confirmado por Ribeiro (2005: 55) ao relatar um caso de alistamento julgado ilegal acontecido na Companhia de Rio Pardo. Um Coronel, morador de Rio Pardo, recebeu a ordem de iniciar o alistamento para a Companhia. Segundo o ofício citado por Ribeiro, “por ordem do Exmo. Governo Provisório foi organizado neste lugar a dita companhia de Milícias, encarregando-

⁹ AHRS, Requerimentos, 1804, Maço 1 (*apud* FERTIG, 1998: p. 76).

se do recrutamento o Coronel Francisco A. de Borba, este mandou chamar a sua casa os *chefes de família* e alguns moradores mais”.¹⁰ (o grifo é nosso)

Após a citação do ofício, o autor faz considerações interessantes que permitem perceber elementos que norteavam as relações entre os membros poderosos do município de Rio Pardo e a população. Conforme Ribeiro (2005: 56) constatou, o fato de o Coronel chamar homens à sua casa deixa subentendido que ele morava em Rio Pardo e, portanto, conhecia a região e as pessoas, e tinha certa relevância social na comunidade. Era ele que poderia avaliar quem deveria sentar praça e, por conhecer os interesses e as tensões políticas existentes ali, e certamente fazer parte de algum grupo local, tinha interesses sobre quem constituiria a nova companhia.

Deste modo, percebe-se que em um ambiente de fronteira e guerra as populações forjam estratégias e alianças para estreitar laços de reciprocidade e ascender ao poder. Os membros das famílias poderosas casam entre si e agregam uma clientela que lhes permita conquistar e manter o poder e a influência. No entanto, o restante da população também tem que fazer adaptações para sobreviver na conjuntura de fronteira e guerra, o que interessa-nos analisar.

Homens e Mulheres: adaptações e resistências em um contexto militarizado

O contexto de fronteira e guerra no Rio Grande de São Pedro afetava de alguma maneira toda a população. Assim como entre as elites se estabeleciam alianças e estratégias para vivenciarem de forma mais vantajosa o ambiente belicoso, entre o restante da população os arranjos e estratégias também eram necessários.

Ribeiro (2001: 235, 251), ressaltou que cada componente familiar tinha seu papel na manutenção econômica da família, o que levava, por exemplo, a resistirem muitas vezes às

¹⁰ Of, datado em Rio Pardo, 15/06/1825, de Francisco Pinto Porto ao Pres. da Prov. AHRs, AM, L 179, M 002 (*apud* RIBEIRO, 2005: 55)

convocações militares. Ele confirma inclusive a convivência e outros membros das famílias, além dos homens destacados, em casos de deserções, mais uma vez indicando a pouca propensão dos efetivos masculinos de se ausentar de seus lares, e a pouca disposição das famílias em tê-los longe.

A tentativa de eximir a si e seus familiares da prestação de serviços militares era uma constante na sociedade do sul do Brasil. Podemos citar o exemplo do Capitão de Milícias Manoel Thomas Prestes que:

sendo seu filho surdo de nome Veríssimo José Prestes, sendo este surdo, incapaz de servir em tropa de linha, como já fez o suplicante ver [...] mandar informar ao Brigadeiro Chefe do Regimento de Dragão para cujo regimento era o filho do suplicante pedido.¹¹

Outro miliciano, o sargento-mor reformado, Joaquim Pedro Salgado, tentou impedir que seu filho, Antônio de Salles Salgado, sentasse praça no Regimento de Cavalaria nº 5 da 1ª linha. Argumentou que ele não tinha disposição física e sofria de moléstias. Tendo mais três filhos, afirmou que eles também não se achavam em circunstâncias de prestar serviço e ofereceu um homem pardo, a quem dava a liberdade, para servir em lugar deles.¹² (Ribeiro, 2005: 56).

No entanto, nem todos tinham argumentos para tentarem se eximir do serviço das armas, e alguns, quando eram obrigados a servir, apelavam para medidas extremas como a deserção. O Capitão General Dom Diogo de Souza denunciou o soldado da 3ª Companhia, Ignacio Roriz Paiz, de 23 anos, preso no Hospital Militar, por deserção.¹³

¹¹ Of, datado em Rio Pardo, 1813, do Capitão Manoel Thomas Ferreira Prestes. Maço 09. Requerimentos: Fundo Militares. AHRS.

¹² Of, datado em Rio Pardo, 1826, do Sargento-Mor Joaquim Pedro Salgado. Maço 35. Requerimentos: Fundo Militares. AHRS.

¹³ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 4 de maio de 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

A frequente ausência masculina obrigava as famílias a se adaptarem ou reivindicarem o retorno dos homens. A solicitação do retorno dos filhos, por parte de mães que necessitavam de seu amparo, era comum no período. Encontramos o caso de uma suplicante que se queixava do fato de seu filho ter que sentar praça, porque era o único que lhe servia de amparo, tendo ela três filhas órfãs.¹⁴ De outra mãe, cujo filho era o soldado João Roriz, da 2ª Companhia do Regimento de Dragões, afirmava-se que não tinha outro filho, apenas seis filhas órfãs, e que portanto, mandariam a ele por servido.¹⁵

A despeito destas solicitações, não eram raras as famílias em que as mulheres, impossibilitadas de evitarem as ausências dos homens, eram obrigadas a tomar as rédeas de suas vidas, famílias, negócios e propriedades. Relatos de viajantes testemunhavam que a mulher sulina tinha maior flexibilidade e liberdade de decisão que suas “patrícias de outras províncias”, devido à constante ausência dos companheiros em virtude das guerras do sul (FLORES, 1989: 18, 19).

Flores (2002: 89) reconheceu em outro momento de guerra que as mudanças de comportamento atingiram principalmente as mulheres, que na ausência dos maridos “assumiram o comando da casa, da loja, do armazém, da estância, rompendo com velhos costumes e apresentando um cativante panorama rico em experiências”.

Pedro (2004: 280), por sua vez, comenta acerca das mulheres do sul que em geral exerciam maior autoridade no espaço doméstico, pois

A existência de inúmeras batalhas e conflitos no território deu aos homens destaque nas atividades políticas e nas guerras. Entretanto, a ausência masculina no lar exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência familiar, transpondo assim os limites das tarefas definidas usualmente para seu sexo.

¹⁴ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 21 de maio de 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

¹⁵ Of, datado em Fronteira de Rio Pardo, 3 de maio de 1813, Patrício José Correia da Câmara. Maço 38. Autoridades Militares. AHRS.

Sobre isso é reveladora a correspondência Balthazar Pinto de Aguiar, Capitão Comandante da Capela de Santa Maria, que originalmente pertencia ao município de Rio Pardo, durante os anos dos conflitos da Cisplatina (1811 – 1828).¹⁶ Ele menciona uma viúva com filhos menores, responsável pela família e administração dos bens. Quando estes foram confiscados para atender às necessidades das tropas ela reagiu exigindo a restituição do que lhe fora tomado. Ele questiona a respeito de uma requisição: “É verdade que a suplicante viúva Maria Joaquina de Menezes é tutora de seus filhos menores aos quais pertença uma fazenda e animais, solicitados, [...], tirados pelo Sargto. Mor Francisco de Paula Leal?¹⁷”

Além dos confiscos serem algo típico dos períodos de guerra, muitas vezes eram utilizados como punições em caso do apoio das famílias às deserções de seus homens e, em qualquer caso, não deixavam de afetar as mulheres que administravam a casa ou as propriedades. Podemos constatar isto analisando mais um ofício do já citado capitão Balthazar Pinto de Aguiar. O ofício menciona um requerimento feito pela esposa de um miliciano desertor, Jacinta Rosa da Conceição, e é dirigido a um superior. Afirma o seguinte:

Devo dizer-lhe que achando-me no comando do Distrito recebi dois ofícios [...] nos quais me ordenava [...] fazer sequestros em todos o bens pertencentes aos soldados milicianos desertores deste distrito, respeitando eu as ordens fiz sequestro aos bens pertencentes ao soldado José Cardoso da Silva¹⁸.

Percebem-se nesses exemplos, evidências de que não eram incomuns os episódios em que mulheres assumiam as famílias e as propriedades, assim como casos em que eram cúmplices de deserções e vítimas de confiscos. As mudanças (temporárias ou permanentes) nos papéis sociais são perceptíveis nas famílias do Rio Grande de São Pedro, no período

¹⁶ Em 1820, cerca de três anos após iniciar o processo de desmembramento de Rio Pardo, Cachoeira foi desmembrado e veio a formar o quinto município da capitania, passando a Capela de Santa Maria a pertencer a ele. (FORTES, 1958).

¹⁷ Of. Datado do Distrito de Santa Maria, 20 de Julho de 1819, do Capitão Balthazar Pinto de Aguiar. Maço 71. Fundo Autoridades Militares. AHRN.

¹⁸ Of. Datado do Distrito de Santa Maria, 1º de Agosto de 1819, do Capitão Balthazar Pinto de Aguiar ao Capitão General da Capitania Conde de Figueira. Maço 71. Fundo Autoridades militares. AHRN.

estudado, e afetaram as mulheres da região de maneira particular, conferindo maior liberdade de ação e responsabilidades que tradicionalmente deveriam ser atribuídas aos membros masculinos das famílias.

Flores (1989: 42 – 47) relatou o exemplo de uma mulher de Rio Pardo, Maria Angélica da Fontoura Corte Real, cujo marido, um Capitão de Dragões, foi morto no combate de Catalan contra os artiguenhos em 1817. Ao enviuvar, ela ficou à frente dos negócios e da criação dos quatro filhos, se uniu informalmente a outro homem, com quem teve mais cinco filhos, violando os padrões morais exigidos das mulheres “de família” na época. Dona Maria Angélica adiou o casamento por várias décadas, talvez motivada pelo fato de que o companheiro fosse um mal administrador e a estrutura jurídica de então fizesse do marido (legal) o cabeça do casal e o responsável por gerir os negócios e os assuntos da família. Viúva nos conflitos da Cisplatina, posteriormente perdeu um filho e um genro na Guerra dos Farrapos, quando teve uma participação ativa e atípica, servindo de “espiã” aos farroupilhas em Rio Pardo, tramando para libertar seu filho preso, expressando frequentemente suas posições e envolvendo-se em intrigas políticas.

Também as mulheres poderiam ser o pretexto para a liberação dos homens de convocações militares mais rigorosas. Um homem com menos de 35 anos e solteiro estaria apto a servir na 1ª Linha. Todavia, alguns faziam de tudo para burlar essa regra, usando para isso, como já vimos, a influência da família ou, podemos acrescentar, o próprio casamento. José A. Loureiro, por exemplo, servia na 4ª Companhia de Ordenanças de Rio Pardo. Quando consultado sobre o porquê de ter sido dispensado do serviço no corpo de Milícias, respondeu que havia sido dispensado das Milícias pelo Capitão Pedrozo por haver contraído núpcias com uma órfã pobre.¹⁹ Porém, analisando-se mais a fundo a situação foi possível constatar que Loureiro também mantinha uma boa relação com o Capitão, e que também por isto este o favoreceu (RIBEIRO, 2005: 60, 61). Ressaltamos que,

¹⁹ Certificado de Autoridades Militares, datado em Rio Pardo, 12 de junho de 1825, de José A. de Borba. L. 179, Maço 002. Requerimentos: Fundo Militares. AHRM.

Apesar de estar em condições de servir nas Milícias, por causa do casamento com alguém que necessitava do amparo do marido, Loureiro foi alistado em um emprego menos “oneroso”. Para Loureiro e sua esposa, casados e agraciados ainda com a possibilidade do marido se dedicar aos negócios por estar servindo em um emprego que muitos julgavam não haver outro de “maior privilégio”, seria um final feliz. (RIBEIRO, 2005: 62, 63)

Notamos que um homem casado poderia ser poupado de servir na primeira linha e que aquele que desposasse uma jovem órfã, que, devido a sua condição, necessitasse de proteção especial por parte do cônjuge, teria um argumento a mais para tentar destacamentos mais leves.

Diretamente afetados pelas dificuldades da guerra, homens e mulheres buscavam formas de se adaptar ou mesmo se eximir das responsabilidades e consequências belicosas mais diretas. Enquanto eles procuravam serviços mais leves ou se furtarem de servir às tropas, elas os apoiavam nessas demandas, ou, na impossibilidade de fazê-lo, exerciam papéis dentro do lar e da sociedade que usualmente eram conferidos a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias do Rio Grande de São Pedro no contexto das guerras cisplatinas tinham características típicas de uma região militarizada e de fronteira. O próprio espaço de fronteira forjava um ambiente belicoso e hostil, que demandava estratégias como as alianças entre iguais e verticais com subalternos, visando respectivamente a obtenção e manutenção do poder, ou a busca de prestações e contraprestações de serviços entre poderosos e clientes.

Visando entender este contexto de guerra e fronteira, privilegiamos em nossos pesquisas os anos especialmente conflituosos de 1811 a 1828, período das campanhas militares da Cisplatina, a partir de uma realidade específica, o município de Rio Pardo.

Rio Pardo era um espaço importante à época, de formação militar e berço de poderosas famílias que consolidavam seu poder e prestígio através da guerra, das alianças e laços de reciprocidade, entre si e com grupos subalternos. Os destacamentos e cargos militares eram definidos por relações pessoais e alianças e a conjuntura belicosa afetava a vida dos membros das famílias sulinas.

À medida que os homens partiam para as guerras, muitas vezes contra a sua vontade, as mulheres que ficavam para trás eram obrigadas a assumir responsabilidades usualmente consideradas masculinas. Tinham que tomar conta de suas próprias vidas, administrar a casa, a família e os negócios e propriedades, quando os tinham. No entanto, as dificuldades da guerra e a necessidade da presença dos homens, por diferentes razões, muitas vezes levava estas mulheres a serem cúmplices de seus homens em casos de deserção, a reivindicar que retornassem, ou a se queixarem às autoridades quando se sentiam prejudicadas de alguma maneira.

Neste artigo, procuramos mostrar um panorama geral da situação destas famílias em uma região de fronteira, em especial durante a conjuntura das guerras da Cisplatina. Entretanto, reconhecemos a necessidade de aprofundarmos mais nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, Fernando. Guardas Militares Ibéricas na Fronteira Platina. In: POSSAMAI, Paulo César (org). **Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de História militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas. UFPEL, 2010, pp. 67 - 79.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

COSTA, Adriana Schwindt. **Patrimônio Histórico Cultural em Territórios Urbanos: um estudo acerca do conjunto da área central de Rio Pardo (RS)**. Santa Cruz do Sul: **Dissertação de Mestrado**, UNISC, 2006.

FABRÍCIO, José de Araújo. **A Descendência de Bento Gonçalves da Silva**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **.Confins Meridionais: Famílias de Elite e Sociedade Agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825 – 1865)**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/UFRJ, 2007.

FLORES, Hilda A. Hübner. **Sociedade: Preconceitos e Conquistas**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FLORES, Moacyr. **República Rio - Grandense: realidade e utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FERTIG, André Átila. **Entre Súditos e Cidadãos: Os Suplicantes da Capitania do Rio Grande de São Pedro no início do século 19 (1800-1815)**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Eclesiástica e Judiciária do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FREGA, Ana. **Pueblos y Soberanía em la Revolución Artiguista**. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colônia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis e Trasgressores: elites contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760 – 1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GOLIN, Tau. A Destruição do Espaço Missioneiro. In: POSSAMAI, Paulo César (org). **Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de História militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas. UFPEL, 2010, pp. 53 – 55.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____. **Gente de Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII**. Niterói: Tese de Doutorado/Universidade Fluminense, 2006.

MACEDO, Francisco Riopardense. **Rio Pardo: a arquitetura fala da história**. Porto Alegre: Sulina, 1972.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil.** 7º Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

REZENDE, Marina de Quadros. **Rio Pardo: história, recordações e lendas.** 2ª ed.. Rio Pardo, 1987.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o Serviço nos Chama: Os Milicianos e Guardas Nacionais Gaúchos (1825-1835).** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/PUC, 2001.

_____. **Quando o Serviço os Chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845).** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** 2º ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

SAMARA, Eny de Mesquita. **A Família Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Tendências atuais da História da Família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). **Pensando a Família no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, KUHN, Fábio; GUAZELI, César; NEUMAN, Eduardo. **Capítulos de História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

THOMPSON FLORES, Mariana F.C.; FARINATTI, Luís Augusto E. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais. Subsídios para uma história comparada da América Latina.** São Leopoldo: Oikos, 2009.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rózas e contra o Paraguai.** In: Enciclopédia Rio Grandense. Canoas: Editora Regional, 1956..

_____. **Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas.** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

VOGHT, Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima (orgs.). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: Enciclopédia Einaudi, v. 14, estado-Guerra – **Região.** Lisboa: In: Casa da Moeda, 1989.